

**CASSIO
SCARPINELLA
BUENO**

Manual de
**DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL**

4ª edição
ampliada, atualizada e integralmente revista
2018

saraiva  *jur*

ISBN 978-85-472-2362-5

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGELICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraiso Buldrini Filogônio

Diagramação e revisão Microart Design Editorial

Comunicação e MKT Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento Intergraf Ind. Gráfica Eireli

Bueno, Cassio Scarpinella

Manual de direito processual civil : volume único / Cassio Scarpinella Bueno. – 4. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Processo civil 2. Processo civil – Brasil 3. Processo civil – Legislação – Brasil I. Título.

17-1375

CDU 347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual civil 347.9(81)
2. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Data de fechamento da edição: 6-12-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604550 CAE 623453

Sumário

<i>Abreviaturas e Siglas</i>	9
<i>Prólogo</i>	33
<i>Nota à 4ª edição</i>	37
<i>Nota à 3ª edição</i>	39
<i>Nota prévia à 2ª edição</i>	43
Capítulo 1	
Considerações Propedêuticas	45
1. O objeto do direito processual civil ou o que estuda o direito processual civil?	45
2. O modelo constitucional do direito processual civil	47
2.1 Princípios constitucionais do direito processual civil.....	49
2.1.1 Acesso à justiça.....	50
2.1.2 Devido processo legal (devido processo constitucional).....	51
2.1.3 Contraditório (cooperação)	52
2.1.4 Ampla defesa.....	53
2.1.5 Juiz natural.....	54
2.1.6 Imparcialidade.....	54
2.1.7 Duplo grau de jurisdição	55
2.1.8 Colegialidade nos Tribunais.....	56
2.1.9 Reserva do Plenário para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo	56
2.1.10 Isonomia	57
2.1.11 Publicidade	57
2.1.12 Motivação.....	58
2.1.13 Vedação das provas ilícitas ou obtidas por meios ilícitos.....	59
2.1.14 Assistência jurídica integral e gratuita	59
2.1.15 Duração razoável do processo (eficiência processual).....	60
2.1.16 Efetividade do processo (efetividade do direito pelo e no processo)	60
2.1.17 Princípios-síntese	61

2.2	Organização judiciária	61
2.3	Funções essenciais à Justiça	64
2.3.1	Magistratura	64
2.3.2	Ministério Público	65
2.3.3	Advocacia	66
2.3.4	Defensoria pública	68
2.4	Procedimentos jurisdicionais constitucionalmente diferenciados	70
2.5	Reflexão	71
3.	Institutos fundamentais do direito processual civil	72
3.1	Jurisdição	74
3.2	Ação	76
3.3	Processo	79
3.4	Defesa	82
4.	O neoconcretismo	83
4.1	Tutela jurisdicional	86
4.1.1	Cognição jurisdicional	88
4.2	Procedimento	88
5.	Convite	89
	Resumo do Capítulo 1	91
	Leituras Complementares (Capítulo 1)	96
Capítulo 2		
	Normas Processuais Cíveis	99
1.	Para começar	99
2.	Normas fundamentais do processo civil	99
2.1	O modelo constitucional do direito processual civil	100
2.2	O princípio da inércia da jurisdição	102
2.3	Acesso à justiça e meios alternativos de solução de conflitos	103
2.4	Princípio da eficiência processual	104
2.5	A boa-fé objetiva	105
2.6	Princípio da cooperação (modelo cooperativo de processo)	107
2.7	Princípio da isonomia (paridade de armas)	109
2.8	Hermenêutica do direito processual civil	110
2.9	Princípio do contraditório	111
2.10	Ainda e mais o contraditório: vedação das decisões-surpresa	112

2.11 Princípios da publicidade e da fundamentação	113
2.12 Ordem cronológica de conclusão	114
3. Aplicação das normas processuais	116
Resumo do Capítulo 2	120
Leituras Complementares (Capítulo 2)	124
 Capítulo 3	
Função Jurisdicional	129
1. Para começar	129
2. Jurisdição	129
3. Ação	131
3.1 Legitimação extraordinária	134
3.2 Ainda sobre o interesse de agir	135
4. Limites da jurisdição nacional	136
5. Cooperação internacional	138
5.1 Disposições gerais	138
5.2 Auxílio direto	139
5.3 Carta rogatória	141
5.4 Disposições comuns	142
6. Competência	143
6.1 Disposições gerais	143
6.2 Modificação da competência	148
6.3 Incompetência	150
7. Cooperação nacional	153
Resumo do Capítulo 3	154
Leituras Complementares (Capítulo 3)	156
 Capítulo 4	
Sujeitos do Processo	158
1. Para começar	158
2. Partes e procuradores	158
2.1 Capacidade de estar em juízo e capacidade processual (legitimação processual)	159
2.2 Deveres	163
2.3 Responsabilidade das partes por dano processual	164
2.4 Despesas, honorários advocatícios e multas	165

2.5	Gratuidade da Justiça	173
2.6	Dos procuradores (advocacia privada)	176
2.7	Sucessão das partes e dos procuradores	179
3.	Litisconsórcio	180
3.1	Regime do litisconsórcio	184
4.	Intervenção de terceiros	186
4.1	Assistência	187
4.1.1	Assistência simples e assistência litisconsorcial	188
4.1.2	Atuação do assistente.....	189
4.1.3	Justiça da decisão (eficácia da intervenção).....	191
4.2	Denúnciação da lide.....	192
4.2.1	Posição do denunciado.....	194
4.2.2	Julgamento da denúnciação e verbas de sucumbência	196
4.3	Chamamento ao processo	197
4.3.1	Sentença de procedência	198
4.4	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	198
4.5	<i>Amicus curiae</i>	201
5.	Juiz e auxiliares da Justiça	205
5.1	Deveres-poderes e responsabilidade do juiz	205
5.2	Impedimento e suspeição.....	211
5.3	Auxiliares da Justiça.....	214
5.3.1	Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça.....	214
5.3.2	Perito.....	215
5.3.3	Depositário e administrador	216
5.3.4	Intérprete e tradutor.....	217
5.3.5	Conciliadores e mediadores judiciais	217
6.	Ministério Público.....	221
7.	Advocacia Pública	224
8.	Defensoria Pública	225
	Resumo do Capítulo 4.....	227
	Leituras Complementares (Capítulo 4).....	233

Capítulo 5

Atos Processuais.....	239
1. Para começar.....	239

2.	Forma, tempo e lugar dos atos processuais.....	239
3.	Forma dos atos processuais	239
3.1	Prática eletrônica de atos processuais	241
3.2	Atos das partes.....	242
3.3	Pronunciamentos do juiz	243
3.4	Atos do escrivão ou do chefe de secretaria	246
3.5	Negócios processuais	246
3.6	Calendário processual	250
4.	Tempo dos atos processuais	252
5.	Lugar dos atos processuais	253
6.	Prazos	253
6.1	Contagem e fluência	255
6.2	Verificação e penalidades	258
7.	Comunicação dos atos processuais.....	259
7.1	Citação	260
7.1.1	Modalidades de citação.....	261
7.2	Cartas	265
7.3	Intimações.....	266
8.	Nulidades.....	267
9.	Distribuição e registro	273
10.	Valor da causa	274
	Resumo do Capítulo 5	276
	Leituras Complementares (Capítulo 5).....	279
 Capítulo 6		
	Tutela Provisória	282
1.	Para começar.....	282
2.	Nomenclatura empregada	282
3.	Tutela provisória e suas espécies.....	283
4.	Disposições gerais	286
4.1	Competência.....	286
4.2	Dever de motivação	287
4.3	Duração da tutela provisória	288
4.4	Dever-poder geral de asseguramento (cautela) e de satisfação (antecipação).....	288

4.5	Tutela provisória requerida em caráter incidental	289
4.6	Recorribilidade das interlocutórias relativas a tutela provisória.....	290
5.	Tutela de urgência	290
5.1	Pressupostos	290
5.2	Caução.....	291
5.3	Concessão liminar ou mediante audiência de justificação.....	291
5.4	Quando houver irreversibilidade	292
5.5	Efetivação da tutela provisória de urgência de natureza cautelar.....	292
5.6	Responsabilidade pela prestação da tutela de urgência	293
6.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	294
6.1	Petição inicial.....	295
6.2	Se concedida a tutela antecipada antecedente.....	296
6.3	Se não concedida a tutela antecipada antecedente	298
6.4	Se não houver aditamento da petição inicial	298
6.5	Estabilização da tutela provisória	299
6.5.1	Dinâmica da estabilização.....	301
7.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	303
7.1	Citação do réu e suas atitudes	304
7.2	Apresentação do pedido principal.....	305
7.3	Duração	307
7.4	Indeferimento da tutela cautelar e pedido principal	307
8.	Tutela da evidência.....	308
9.	Restrições à tutela provisória	312
	Resumo do Capítulo 6.....	318
	Leituras Complementares (Capítulo 6).....	321

Capítulo 7

	Formação, Suspensão e Extinção do Processo.....	326
1.	Para começar.....	326
2.	Formação do processo.....	326
3.	Suspensão do processo.....	329
3.1	Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.....	330
3.2	Convenção das partes	331
3.3	Arguição de impedimento ou suspeição	331

3.4	Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	332
3.5	Relações externas com a decisão de mérito	332
3.5.1	Relação entre processos civil e penal.....	333
3.6	Força maior	333
3.7	Tribunal marítimo.....	334
3.8	Outros casos previstos no CPC	335
3.9	Parto ou concessão de adoção	335
3.10	Advogado que se tornar pai	337
4.	Extinção do processo	338
4.1	Extinção do processo e prévio saneamento	340
	Resumo do Capítulo 7.....	342
	Leituras Complementares (Capítulo 7).....	343
Capítulo 8		
	Fase Postulatória.....	344
1.	Para começar.....	344
2.	Petição inicial.....	345
2.1	O juízo a que é dirigida.....	345
2.2	Qualificação das partes	345
2.3	O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	346
2.4	O pedido com as suas especificações.....	346
2.5	O valor da causa	348
2.6	As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	349
2.7	A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.....	349
2.8	Outras exigências.....	350
3.	Juízo de admissibilidade da petição inicial	351
3.1	Juízo de admissibilidade positivo	351
3.2	Juízo de admissibilidade neutro	352
3.3	Juízo de admissibilidade negativo	353
3.3.1	Indeferimento da petição inicial	353
3.3.2	Improcedência liminar do pedido.....	355
4.	Audiência de conciliação ou de mediação	357
4.1	Não realização.....	360
4.2	Dinâmica	362

5.	Contestação, reconvenção, revelia e outros comportamentos do réu.....	362
5.1	Contestação	363
5.1.1	Prazo	364
5.1.2	Preliminares	365
5.1.2.1	Inexistência ou nulidade da citação	366
5.1.2.2	Incompetência absoluta e relativa	366
5.1.2.3	Incorreção do valor da causa	367
5.1.2.4	Inépcia da petição inicial	368
5.1.2.5	Perempção.....	368
5.1.2.6	Litispêndência e coisa julgada.....	369
5.1.2.7	Conexão	369
5.1.2.8	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização.....	370
5.1.2.9	Convenção de arbitragem	370
5.1.2.10	Ausência de legitimidade ou de interesse processual.	371
5.1.2.11	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	372
5.1.2.12	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.....	372
5.1.3	Defesas de mérito	373
5.2	Reconvenção.....	374
5.3	Revelia	375
5.4	Outros comportamentos do réu	376
	Resumo do Capítulo 8.....	377
	Leituras Complementares (Capítulo 8).....	379

Capítulo 9

	Fase Ordinatória	381
1.	Para começar.....	381
2.	Providências preliminares.....	382
3.	Julgamento conforme o estado do processo.....	383
3.1	Extinção do processo	383
3.1.1	Extinção sem resolução de mérito.....	384
3.1.2	Extinção com resolução de mérito	384
3.1.3	Extinção parcial.....	385
3.2	Julgamento antecipado do mérito	386

3.3	Julgamento antecipado parcial do mérito	388
3.4	Saneamento e organização do processo	391
3.4.1	Esclarecimentos e ajustes na decisão de saneamento e organização	393
3.4.2	Delimitação consensual das questões de fato e de direito	394
3.4.3	Audiência de saneamento (saneamento cooperativo)	394
3.4.4	Prova testemunhal	396
3.4.5	Prova pericial	396
	Resumo do Capítulo 9	397
	Leituras Complementares (Capítulo 9)	399
Capítulo 10		
	Fase Instrutória	401
1.	Para começar	401
2.	Audiência de instrução e julgamento	401
2.1	Abertura e adiamento da audiência	403
2.2	Instrução e debates	404
2.3	Julgamento	405
3.	Direito probatório	407
3.1	Disposições gerais	407
3.2	Princípios	407
3.3	Ônus da prova	410
3.4	Objeto da prova	411
3.5	Dinâmica da prova	412
4.	Produção antecipada da prova	412
5.	Ata notarial	415
6.	Depoimento pessoal	416
6.1	Produção do depoimento	416
7.	Confissão	417
7.1	Espécies e regime jurídico	418
8.	Exibição de documento ou coisa	419
8.1	Exibição requerida em face da parte contrária	420
8.2	Exibição requerida em face de terceiro	421
8.3	Exibição determinada de ofício	422
9.	Prova documental	423

9.1	Força probante dos documentos	423
9.2	Arguição de falsidade	425
9.3	Produção da prova documental	426
10.	Documentos eletrônicos	428
11.	Prova testemunhal	428
11.1	Admissibilidade e valor da prova testemunhal	428
11.2	Produção da prova testemunhal	430
12.	Prova pericial	432
12.1	Perito, assistentes técnicos e atos preparatórios da perícia	433
12.2	Produção da prova pericial	435
12.3	Avaliação da perícia	436
12.4	Perícia consensual	437
13.	Inspeção judicial	437
	Resumo do Capítulo 10	439
	Leituras Complementares (Capítulo 10)	442
 Capítulo 11		
	Fase Decisória	446
1.	Para começar	446
2.	Sentença	447
2.1	Sentenças terminativas	448
2.1.1	Indeferimento da petição inicial	448
2.1.2	Paralisação e abandono do processo	448
2.1.3	Ausência de pressupostos processuais de existência ou de validade. Presença de pressupostos processuais negativos	449
2.1.4	Irregularidade no exercício do direito de ação	449
2.1.5	Desistência	450
2.1.6	Intransmissibilidade do direito	450
2.1.7	Outros casos	451
2.1.8	Atuação oficiosa do juiz	451
2.1.9	Peculiaridade recursal	452
2.1.10	Repropositura da demanda	453
2.2	Sentenças definitivas	453
2.2.1	Acolhimento ou rejeição do pedido	454
2.2.2	Decadência ou prescrição	454

2.2.3 Homologação de atos dispositivos ou autocompositivos	455
2.2.4 Possibilidade de julgamento de mérito	455
2.3 Elementos da sentença. Dever de fundamentação	456
2.4 Vinculação da sentença ao(s) pedido(s).....	458
2.5 Fatos novos.....	459
2.6 Princípio da invariabilidade da sentença	459
3. Hipoteca judiciária	460
4. Remessa necessária.....	460
5. Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	462
5.1 Prestações de fazer ou não fazer	463
5.2 Prestações de entrega de coisa.....	464
5.3 Conversão em perdas e danos.....	464
6. Sentença e emissão de declaração de vontade.....	465
7. Coisa julgada.....	465
7.1 Coisa julgada formal e coisa julgada material	467
7.2 Limites objetivos.....	468
7.2.1 Coisa julgada e questões prejudiciais. A insubsistência da “ação declaratória incidental”	470
7.3 Limites subjetivos	471
7.4 Limites temporais	473
7.5 Preclusão	473
Resumo do Capítulo 11	475
Leituras Complementares (Capítulo 11).....	477
Capítulo 12	
Liquidação.....	481
1. Para começar.....	481
2. Liquidação parcial	484
3. Limites cognitivos da liquidação	484
4. Liquidação por arbitramento.....	484
5. Liquidação pelo procedimento comum	485
6. Quando se tratar de cálculos aritméticos	486
7. Liquidação provisória.....	487
Resumo do Capítulo 12.....	488
Leituras Complementares (Capítulo 12).....	490

Capítulo 13

Cumprimento de Sentença	491
1. Para começar	491
2. Disposições gerais	493
2.1 Iniciativa do exequente. Intimação da parte contrária	494
2.2 Títulos executivos judiciais	496
2.2.1 Decisão que reconhece exigibilidade obrigacional	497
2.2.2 Decisão homologatória de autocomposição judicial	498
2.2.3 Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial	498
2.2.4 Formal e certidão de partilha	499
2.2.5 Crédito de auxiliar da Justiça	499
2.2.6 Sentença penal condenatória transitada em julgado	500
2.2.7 Sentença arbitral	500
2.2.8 Sentença e decisão interlocutória estrangeiras	501
2.2.9 Citação para início da etapa de cumprimento	501
2.3 Competência	501
2.4 Protesto da decisão transitada em julgado. Negativação do executado	502
3. Cumprimento provisório	503
3.1 Conceito e espécies	504
3.2 Regime do cumprimento provisório	506
3.2.1 Impugnação	507
3.2.2 Incidência de multa no caso de não pagamento	507
3.2.3 Honorários de advogado	508
3.2.4 Retorno ao estado anterior	509
3.2.5 Execução provisória e título executivo extrajudicial	509
3.3 Dispensa da caução	510
3.3.1 Manutenção da caução	512
3.3.2 Prestação da caução	512
3.4 Documentação para o cumprimento provisório	513
3.4.1 Momento de formulação do requerimento	514
3.5 Outras modalidades obrigacionais	514
4. Cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	515
4.1 Fluência do prazo para pagamento	517

4.2	O requerimento para início da etapa de cumprimento. Demonstrativo discriminado e atualizado do crédito	518
4.3	Impugnação	520
4.3.1	Matérias argúveis na impugnação	520
4.3.1.1	Falta ou nulidade da citação	520
4.3.1.2	Ilegitimidade de parte	521
4.3.1.3	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	521
4.3.1.4	Penhora incorreta ou avaliação errônea	523
4.3.1.5	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	523
4.3.1.6	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	524
4.3.1.7	Causas modificativas ou extintivas da obrigação	524
4.3.2	Suspeição e impedimento	525
4.3.3	Efeito suspensivo	525
4.3.4	Procedimento da impugnação	527
4.3.5	Manifestações do executado após a impugnação. Exceções e objeções de pré-executividade	528
4.4	Iniciativa do réu	529
4.5	Atipicidade dos meios executivos	529
5.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos	530
5.1	Outras técnicas executivas	532
5.2	Tipos de alimentos tutelados	533
5.3	Constituição de capital	534
6.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	535
6.1	Impugnação	537
6.1.1	Efeito suspensivo	538
6.2	Pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor	540
7.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa	541
7.1	Cumprimento da sentença em se tratando de obrigações de fazer ou de não fazer	541
7.1.1	Tutela específica e resultado prático equivalente	542

7.1.2 Técnicas executivas	543
7.1.2.1 Especialmente a multa	545
7.2 Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	547
Resumo do Capítulo 13	550
Leituras Complementares (Capítulo 13)	555
Capítulo 14	
Procedimentos Especiais	557
1. Para começar	557
1.1 Um tema com variações	558
1.2 Primeira visão dos procedimentos especiais	560
1.3 A nomenclatura empregada	561
2. Ação de consignação em pagamento	562
3. Ação de exigir contas	563
4. Ações possessórias	565
5. Ação de divisão e de demarcação de terras particulares	568
6. Ação de dissolução parcial de sociedade	570
7. Inventário e partilha	573
8. Embargos de terceiro	578
9. Oposição	580
10. Habilitação	581
11. Ações de família	582
12. Ação monitoria	583
13. Homologação do penhor legal	586
14. Regulação de avaria grossa	587
15. Restauração de autos	587
16. Jurisdição voluntária	588
16.1 Disposições gerais	590
16.2 Notificação e interpelação	591
16.3 Alienação judicial	591
16.4 Divórcio e separação consensuais, a extinção consensual de união estável e a alteração do regime de bens do matrimônio	592
16.5 Testamentos e codicilos	594
16.6 Herança jacente	594
16.7 Bens dos ausentes	595

16.8 Coisas vagas.....	595
16.9 Interdição	596
16.10 Disposições comuns à tutela e à curatela	599
16.11 Organização e fiscalização das fundações.....	600
16.12 Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.....	601
Resumo do Capítulo 14.....	603
Leituras Complementares (Capítulo 14)	608

Capítulo 15

Processo de Execução	612
1. Para começar.....	612
2. Disposições gerais da execução	613
2.1 Partes.....	615
2.2 Competência.....	618
2.3 Título executivo	618
2.3.1 Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque	619
2.3.2 Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor	620
2.3.3 Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas	620
2.3.4 Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.....	620
2.3.5 Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução.....	621
2.3.6 Contrato de seguro de vida em caso de morte.....	621
2.3.7 Crédito decorrente de foro e laudêmio	622
2.3.8 Crédito de aluguel de imóvel e encargos acessórios	622
2.3.9 Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei	622
2.3.10 Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício.....	623

2.3.11	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	623
2.3.12	Demais títulos aos quais a lei atribuir força executiva	624
2.3.13	Títulos executivos extrajudiciais estrangeiros	624
2.3.14	Título executivo e “processo de conhecimento”	624
2.4	Responsabilidade patrimonial	625
2.5	Fraude à execução	627
3.	Diversas espécies de execução	628
3.1	Petição inicial	630
3.2	Execução para entrega de coisa	632
3.2.1	Coisa certa	632
3.2.2	Coisa incerta	635
3.3	Execução das obrigações de fazer ou de não fazer	635
3.3.1	Obrigações de fazer	635
3.3.2	Obrigações de não fazer	637
3.4	Execução por quantia certa	637
3.4.1	Citação e arresto	638
3.4.2	Certidão comprobatória da admissão da execução	639
3.4.3	Penhora, depósito e avaliação	641
3.4.3.1	Documentação da penhora, registro e depósito	642
3.4.3.2	Lugar da realização da penhora	644
3.4.3.3	Modificações da penhora	644
3.4.3.4	Modalidades de penhora	646
3.4.3.4.1	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira	646
3.4.3.4.2	Penhora de créditos	647
3.4.3.4.3	Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas	647
3.4.3.4.4	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	648
3.4.3.4.5	Penhora de percentual de faturamento de empresa	649
3.4.3.4.6	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	650
3.4.3.5	Avaliação	652
3.4.4	Expropriação	653
3.4.4.1	Adjudicação	653

3.4.4.2	Alienação.....	655
3.4.4.2.1	Alienação por iniciativa particular	655
3.4.4.2.2	Alienação em leilão judicial	656
3.4.5	Satisfação do crédito.....	664
3.4.5.1	Levantamento pelo exequente	664
3.4.5.2	Concurso singular de credores	665
3.4.6	Execução contra a Fazenda Pública	666
3.4.7	Execução de alimentos	669
4.	Embargos à execução	671
4.1	Prazo	671
4.2	Fundamentos.....	672
4.3	Rejeição liminar	674
4.4	Efeito suspensivo	675
4.5	Procedimento e julgamento.....	676
4.6	Moratória.....	677
5.	Suspensão e extinção do processo de execução	678
5.1	Suspensão	678
5.2	Extinção.....	679
	Resumo do Capítulo 15.....	681
	Leituras Complementares (Capítulo 15).....	688
Capítulo 16		
	Processos nos Tribunais.....	692
1.	Para começar.....	692
2.	Disposições gerais	693
2.1	Direito jurisprudencial.....	700
2.2	Julgamento de casos repetitivos	708
3.	Ordem dos processos nos Tribunais	709
3.1	Deveres-poderes do relator	710
3.2	Preparativos para o julgamento	712
3.3	Sustentação oral.....	712
3.4	Dinâmica e documentação dos julgamentos.....	714
3.5	Prolongamento do julgamento nos casos de julgamento por maioria ..	716
4.	Incidente de assunção de competência	718
4.1	Pressupostos e finalidade	718
4.2	Competência.....	719

4.3	Legitimidade e instauração.....	719
4.4	Consequências do julgamento.....	720
5.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	720
5.1	Dispensa.....	721
5.2	Instrução.....	722
5.3	Julgamento e consequências.....	722
6.	Conflito de competência.....	723
6.1	Instauração e legitimidade.....	724
6.2	Contraditório e instrução.....	724
6.3	Atitudes do relator.....	724
6.4	Julgamento colegiado e consequências.....	725
7.	Homologação de decisão estrangeira e <i>exequatur</i>	725
7.1	Abrangência.....	726
7.2	Homologação de medidas de urgência.....	727
7.3	Elementos para a homologação.....	727
7.4	Procedimento.....	728
7.5	Cumprimento.....	729
8.	Ação rescisória.....	729
8.1	Hipóteses de cabimento.....	730
8.1.1	A “ação anulatória”.....	734
8.2	Legitimidade.....	734
8.3	Petição inicial.....	735
8.4	Tutela provisória.....	737
8.5	Procedimento.....	737
8.6	Julgamento.....	738
8.7	Prazo.....	739
9.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	740
9.1	Feição e pressupostos de admissibilidade.....	741
9.2	Legitimados.....	742
9.3	Ofício ou petição de instauração.....	743
9.4	Admissibilidade.....	744
9.5	Atitudes do relator.....	745
9.5.1	Suspensão dos processos.....	745
9.5.1.1	Especialmente a suspensão requerida ao STJ ou ao STF.....	747

9.5.2 Instrução	748
9.6 Julgamento	750
9.6.1 Abrangência	751
9.6.2 Consequências	752
9.6.3 Divulgação	754
9.6.4 Prazo	755
9.7 Revisão da tese	756
9.8 Recurso extraordinário e recurso especial	757
10. Reclamação	759
10.1 Natureza jurídica	759
10.2 Hipóteses de cabimento	760
10.3 Competência, legitimidade e petição inicial	763
10.4 Atitudes do relator e procedimento	764
10.5 Julgamento e suas consequências	764
Resumo do Capítulo 16	766
Leituras Complementares (Capítulo 16)	775
Capítulo 17	
Recursos	784
1. Para começar	784
2. Elementos de uma teoria geral dos recursos	784
2.1 Definição	784
2.2 Classificação	785
2.3 Princípios	786
2.4 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	790
2.5 Efeitos	791
3. Disposições gerais	792
3.1 Cabimento	792
3.2 Eficácia imediata e efeito suspensivo	794
3.3 Legitimidade	796
3.4 Recurso adesivo	796
3.5 Atos dispositivos relativos ao recurso	797
3.6 Tempestividade	798
3.7 Recurso de litisconsorte	799
3.8 Preparo	800

3.9	Efeito substitutivo	801
3.10	Baixa de autos	802
4.	Apelação	802
4.1	Petição de interposição	803
4.1.1	Questões novas	805
4.2	Efeito suspensivo	805
4.2.1	Atribuição <i>ope judicis</i> do efeito suspensivo	806
4.3	Efeito devolutivo e translativo	807
4.4	No Tribunal	810
5.	Agravo de instrumento	810
5.1	Petição de interposição	814
5.1.1	Formação do instrumento	815
5.2	Apresentação na primeira instância	816
5.3	No Tribunal	817
6.	Agravo interno	818
6.1	Petição de interposição	818
6.2	Julgamento	819
7.	Embargos de declaração	820
7.1	Prazo	821
7.2	Processamento	822
7.3	Efeito suspensivo	822
7.4	Julgamento	823
7.5	Efeito modificativo	824
7.6	Multa	825
7.7	Embargos de declaração e prequestionamento	826
8.	Recurso ordinário	828
8.1	Aplicação da disciplina da apelação e do agravo de instrumento	829
9.	Recurso extraordinário e recurso especial	831
9.1	Petição de interposição	834
9.2	Efeito suspensivo	836
9.3	Demonstração da repercussão geral	836
9.4	Contrarrazões	839
9.5	Interposição simultânea	841
9.6	Reenvio	842
9.7	Julgamento	843

9.8	Recursos extraordinário e especial repetitivos	845
9.8.1	Identificação da ocorrência de recursos múltiplos e sua seleção	845
9.8.2	Suspensão dos processos determinada pelo TJ ou TRF	846
9.8.3	Decisão de afetação.....	847
9.8.4	Suspensão dos processos determinada pelos Tribunais Superiores	848
9.8.4.1	Suspensão no caso do incidente de resolução de demanda repetitiva.....	850
9.8.5	Preparação para julgamento.....	850
9.8.6	Julgamento e consequências	851
9.8.6.1	No STF e no STJ.....	852
9.8.6.2	Nos TJs, nos TRFs e na primeira instância.....	852
9.8.7	Manutenção do acórdão recorrido	856
9.8.8	Julgamento de outras questões perante o tribunal de origem ...	856
10.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	857
11.	Embargos de divergência.....	859
11.1	Demonstração da divergência	861
11.2	Processamento	862
	Resumo do Capítulo 17.....	863
	Leituras Complementares (Capítulo 17).....	872
	<i>Epilogo</i>	879
	<i>Vocabulário de direito processual civil</i>	881
	<i>Bibliografia</i>	899
	<i>Sites</i>	911